

Pilares de um Projeto de Nação



SECRETARIA DE
RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS





Secretaria de Relações Institucionais

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Secretaria de Relações Institucionais

Ministra de Estado

Gleisi Hoffmann

Chefe de Gabinete

Marcelo Costa

Secretário-Executivo

Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretário-Executivo

Olavo Noletto Alves

Secretária-Adjunta

Raimunda Monteiro

Chefe de Gabinete

Paula Pires

Diretora de Fóruns Participativos

Nara Kohlsdorf

Diretor de Programa

Sérgio Alberto Dias da Silva

Gerentes de Projetos

Daniela Naves

Cristina dos S. Caetano

Eliane da Mata

Giancarlo Gama

Glenda Cristine Corrêa

João Vitor Salgado

Juliana Gaspar

Lígia Valadão

Nikolas Passos

Roseli Teixeira Alves

Coordenadora de Gestão Interna

Raíssa Karen Carvalho

Assessoria

Bruno Vasconcelos

Iolanda Lopes Carneiro

Marcos Aurélio Santos de Souza

Maria Alice Vieira

Regiani Cristina Ribeiro

Rosângela Hilário

Equipe Técnica

Alberto Lourenço

Pedro Tomaz

Regiani Cristina Ribeiro

Rosângela Hilário

Valéria Barcellos

Assessoria de Comunicação

Ana Oliveira

Lincon Szerwinski

Vagner Campos

Estagiários e Assistentes de Pesquisa

Anael Nascimento

Daniele Ferreira

Lucas Cancelli

Projeto Gráfico e Diagramação

Gabriel Protski

João Vitor Salgado

Sumário



Apresentação.....	5
Sumário Executivo.....	9
Orientadores de Futuro: Visão e Resultados Esperados.....	10
Visão de Futuro.....	10
Resultados Esperados.....	11
Os Pilares 12	
Educação Equitativa e Fortalecimento Da Cultura.....	13
Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo..	15
Segurança Alimentar e Nutricional.....	16
Saúde e Desenvolvimento Social.....	18
Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas.....	19
Segurança Pública Cidadã.....	21
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo.....	23
Cidades Sustentáveis.....	24
Transição Ecológica Justa.....	25
Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo.....	27
Política Macroeconômica e Orçamento Público Favorável ao Crescimento Justo.....	29
Justiça Tributária, Investimento Público e Social.....	30
Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito.....	31
Diretrizes de Políticas Públicas.....	33
Próximos Passos.....	34
Anexo I – O CDESS e as suas Comissões Temáticas.....	37
Comissão Temática de Assuntos Econômicos (CAE/CDESS).....	38
Comissão Temática de Combate às Desigualdades (CCD/CDESS).....	38

Comissão Temática de Direitos e Democracia (CDD/CDESS).....	39
Comissão Temática de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS/CDESS).....	40
Comissão Temática de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD/CDESS).....	40
Anexo II - Referências Estratégicas Nacionais.....	41
Estratégia Brasil 2050 – União, desenvolvimento e sustentabilidade...41	41
Políticas Públicas Preditivas.....	42
Plano de Transformação Ecológica (PTE).....	43
Nova Indústria Brasil (NIB).....	44
Anexo III - Construção dos Pilares.....	45
Princípios Orientadores.....	45
Metodologia – Etapas do processo de construção dos Pilares.....	46
Etapa 1 – Visão de Futuro.....	47
Etapa 2 - Diagnóstico Participativo.....	47
Etapa 3 – Sistematização e Análise dos Dados.....	47
Etapa 4 – Proposição de Eixos setoriais.....	47
Etapa 5 – Formulação dos Pilares de um Projeto de Nação.....	48
Etapa 6 – Validação Inter Comissões.....	48
Etapa 7 – Formulação de Objetivos e Ações.....	48
Etapa 8 – Revisitação da Visão de Futuro.....	48
Etapa 9 – Consolidação Final.....	49
Anexo IV - Formulário de Diagnostico Inicial.....	49
Identificação.....	49
Comissão Temática.....	49
Indicação dos Desafios.....	49
Desafio 1 (mais prioritário).....	50
Desafio 2 (prioridade intermediária).....	50
Desafio 3 (menos prioritário).....	50

Apresentação



*“Passamos dois anos e meio reconstruindo, por isso eu dizia que este ano é o ano da colheita, porque a gente reconstruiu, a gente semeou, e agora estamos colhendo. Mas há muito mais por colher. É o maior programa de investimento em educação, o maior em habitação, o maior em saúde — e isso só foi possível com a participação da sociedade, porque é ela quem faz esse país. O Brasil precisa ir além das políticas de inclusão social, precisa participar ativamente da evolução digital, da inteligência artificial, formar engenheiros, cientistas, exportar conhecimento e inteligência. É isso que nós queremos fazer no novo programa para esse país: **apresentar o projeto de Brasil que o povo nos ajuda a construir.**”*

Luiz Inácio Lula da Silva,

Presidente da República Federativa do Brasil, 10 de outubro de 2025.

Temos a satisfação de apresentar os Pilares de um Projeto de Nação, resultado de um processo coletivo que reflete a maturidade democrática, a diversidade social e o compromisso público que caracterizam este Conselho. Em um momento em que o Brasil reencontra sua capacidade de planejar o futuro e de reconstruir instituições, este trabalho reafirma a convicção de que nenhum país se desenvolve sem visão estratégica, participação social e capacidade de pactuação.

Foram três anos de reconstrução do Brasil: arrecadação recorde, inflação controlada, taxa de desemprego mais baixa desde 2014, crescimento do Produto Interno Bruto na ordem de 2,4%, a maior renda per capita média desde 2012, além da menor margem histórica da disparidade entre ricos e pobres com um recuo da taxa de pobreza de 25% para 5%.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Brasil alcançou, em 2024, os melhores resultados na economia popular em 30 anos¹. Esses resultados são em função de uma política econômica e social comprometida com o crescimento e distribuição de renda, man-

¹ Ipea confirma: Brasil tem os melhores resultados na economia popular em 30 anos — Agência Gov.;

tendo a soberania nacional por meio de investimentos estratégicos, fortalecimento institucional e proteção de setores-chave, com Estado e sociedade caminhando juntos rumo a um Brasil mais próspero e justo.

Apesar disso, o Brasil de 2025 ainda enfrenta desafios complexos: desigualdades persistentes, transformações tecnológicas aceleradas, emergência climática, pressões geopolíticas e tentativas recorrentes de captura da democracia por projetos autoritários. Diante desse cenário, nosso esforço coletivo busca afirmar que é possível — e necessário — construir consensos amplos em torno de um projeto nacional que combine justiça social, sustentabilidade ambiental, inovação produtiva e inclusão plena das majorias brasileiras.

Os Pilares contêm recomendações de ações prioritárias para os próximos cinco anos, servindo como referência prática para orientar decisões, políticas públicas e investimentos estratégicos do próximo governo. Ao mesmo tempo, os Pilares contribuem para definir de forma concreta o que se entende por Desenvolvimento Econômico Social Sustentável — conceito que dá nome ao próprio Conselhão e que, neste documento, ganha conteúdo, sentido e direção. Essa direção organizará de modo estratégico as atividades e prioridades do Conselho, fortalecendo seu papel orientador na construção de um projeto de país.

Este trabalho é expressão viva da sociedade civil, representada neste Conselhão, e nasce do encontro de vozes diversas que, reunidas neste documento, semeiam ideias para florescer o Brasil que se almeja.

A elaboração dos Pilares foi conduzida por um processo participativo e técnico, marcado pela escuta qualificada de diferentes vozes da sociedade brasileira, com representação no CDESS. A partir das contribuições das conselheiras e dos conselheiros, foram identificados os grandes desafios estruturais do país, bem como ações e direções necessárias para enfrentá-los, em diálogo permanente com as especificidades de cada Comissão Temática. Essa transversalidade configurou, por si só, uma inovação: mais do que o conteúdo das propostas, destaca-se o modo como foram construídas — com base em diálogo, evidências, cooperação e compromisso com o futuro do Brasil.



Assim, o conjunto dos Pilares conforma uma visão integrada do país que queremos construir: a defesa da soberania e do Estado Democrático de Direito; a educação equitativa e a valorização da cultura; o desenvolvimento territorial sustentável e justo; cidades sustentáveis; trabalho digno e proteção social universal e equitativa; macroeconomia e orçamento público orientados ao crescimento justo; justiça tributária e fortalecimento do investimento público e social; desenvolvimento produtivo digital, verde e justo; transição ecológica justa; segurança alimentar e nutricional; ciência e tecnologia soberanas e equitativas; saúde e desenvolvimento social; e segurança pública cidadã. A ordem de apresentação não expressa hierarquia: todos possuem relevância equivalente e se complementam na construção de um projeto de país democrático, integrado e sustentável.

Este documento nasce de consultas, debates, divergências legítimas e da disposição de construir convergências em torno do essencial. Os Pilares não pretendem esgotar a formulação de políticas públicas, mas oferecer um marco orientador: um conjunto de valores, objetivos estruturantes e diretrizes capazes de inspirar iniciativas do Estado, do setor produtivo, das organizações sociais e do conjunto da sociedade. São referências estratégicas para um país que precisa recuperar sua capacidade de sonhar e de realizar.

Para garantir a coerência do conjunto, a implementação dos Pilares buscou observar diretrizes transversais que asseguram que cada ação avançará orientada por valores comuns: equidade étnico-racial; equidade de gênero; equidade para pessoas LGBTQIAP+; equidade para pessoas com deficiência; enfrentamento às mudanças climáticas; democracia substantiva e participativa; enfrentamento da desigualdade territorial; transição demográfica; soberania; e desconcentração de renda. Essas diretrizes funcionam como elo entre formulação e prática, reforçando a abordagem interdependente e sistêmica proposta pelas Comissões Temáticas que busca romper com a lógica fragmentada da gestão pública tradicional.

O papel do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), reafirmado neste processo, vai além da assessoria ao Governo: ele se consolida como um espaço de construção de sentido

nacional, de diálogo entre diferentes setores e de formulação de caminhos para superar desigualdades históricas e consolidar a democracia como valor permanente. Este trabalho demonstra que, quando a sociedade se organiza em torno de um horizonte comum, o país avança.

Sabemos que nenhum conjunto de princípios é suficiente se não for apropriado pela sociedade. Por isso, pretendemos que este documento inaugure uma nova etapa: ampliar o diálogo com movimentos sociais, universidades, empresas, governos estaduais e municipais, coletivos culturais, juventudes, povos indígenas, quilombolas e todas as expressões vivas da pluralidade brasileira. Construir um Projeto de Nação é tarefa de muitas mãos — e de muitas vozes.

Os Pilares reafirmam valores fundamentais: democracia forte, desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades, soberania nacional, valorização do trabalho, economia inovadora, respeito à diversidade e compromisso com as próximas gerações. São referências para orientar decisões num tempo em que o Brasil precisa combinar estabilidade com ousadia, planejamento com participação e responsabilidade fiscal com responsabilidade social.

Que este documento contribua para fortalecer um ciclo de reconstrução e transformação, no qual o Brasil reencontre sua vocação de país estruturante do Sul Global e de sociedade que afirma, sem hesitação, que desenvolvimento só tem sentido quando é para todos.

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável

Secretária de Relações Institucionais

Presidência da República

04 de dezembro de 2025



Sumário Executivo



O Brasil vive um momento estratégico de consolidação democrática e projeção de futuro. Após um ciclo intenso de reconstrução das instituições e de retomada de políticas públicas essenciais, o País entra em uma nova etapa — **voltada à construção de bases sólidas e duradouras para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a soberania nacional.**

Nesse contexto, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS, Conselhão) assumiu como principal missão durante o segundo semestre de 2025 elaborar proposta intitulada **“Pilares de um Projeto de Nação”**. Esta iniciativa visa consolidar uma visão compartilhada de futuro para o Brasil, com horizonte de dez anos e foco de implementação em cinco anos.

A proposta foi elaborada a partir da escuta qualificada da sociedade civil e da mobilização de saberes diversos, articulados por meio das Comissões Temáticas do Conselhão¹. Assim, os Pilares de um Projeto de Nação constituem um exercício de planejamento colaborativo, voltado à formulação de objetivos e ações que transcendem ciclos políticos podendo orientar a ação estatal de forma endereçada, a partir de demandas e expectativas dos mais de 280 conselheiros e conselheiras com diferentes lugares de fala, em função dos seus setores representativos. **Trata-se de uma contribuição do CDESS para fortalecer a capacidade do governo de pensar o país em perspectiva, a partir de uma pluralidade de vozes e compromissos com o interesse público.**

O processo metodológico foi orientado inicialmente por referenciais estratégicos elaborados pelo Estado brasileiro, como as Políticas Públicas Preditivas (IBGE), a Estratégia Brasil 2050 (MPO), o Plano de Transformação Ecológica (PTE) e a Nova Indústria Brasil (NIB)². Esses documentos oferecem diretrizes estruturantes que ajudam a alinhar os pilares propostos com metas de médio e longo prazo, garantindo coerência, viabilidade e impacto.

A Estratégia Brasil 2050, doravante EB2050, é um marco de visão estratégica para o país, projetando caminhos que unem desenvolvimento sustentável, inovação e inclusão social. Os Pilares de um Projeto de Nação, elaborados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, foram desenvolvidos considerando essa agenda de futuro e compartilhando os mesmos valores essenciais: justiça social, equilíbrio ambiental, competitividade econômica e fortalecimento institucional. Juntos, esses instrumentos reafirmam um compromisso coletivo com a construção de um Brasil protagonista, resiliente e preparado para os desafios das próximas décadas.

Assim, foram realizadas reuniões com Conselheiros e Conselheiras para apresen-

¹ As Comissões Temáticas estão descritas no Anexo I deste documento

² Informações detalhadas sobre os referenciais estratégicos utilizados na construção dos Pilares de um Projeto de Nação encontram-se no Anexo II.

tação dos Planos supramencionados pelos respectivos Ministérios, bem como apresentação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acerca de Políticas Preditivas.

Os Pilares de um Projeto de Nação também se alinham ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que apresenta um conjunto expressivo de investimentos públicos para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais³.

Essa conexão fortalece a coerência entre o planejamento estratégico proposto pelo Conselho e as prioridades nacionais elaboradas pelo Governo Federal, ampliando a capacidade de execução das ações propostas, acelerando entregas e contribuindo para a redução das desigualdades territoriais, a modernização do Estado e a promoção de um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Esses Planos fundamentam o planejamento que endereça o desenvolvimento do Brasil, a partir de um diagnóstico atual e retrospectivo, sustentado por dados, evidências, análises sobre desafios e oportunidades e serviram de ponto de partida para as etapas de elaboração da visão de Mundo, diagnóstico e elaboração dos pilares propriamente ditos e respectivas ações.

Orientadores de Futuro: Visão e Resultados Esperados

Visão de Futuro

“O Brasil de 2035 é soberano, justo, democrático e sustentável, supera desigualdades históricas e valoriza sua diversidade. Tem economia forte, diversa, distributiva, que investe permanentemente em inovação. É um país em que a soberania científica e tecnológica é orientada ao bem comum e ao fortalecimento das instituições democráticas. Alicerçado nos Direitos Humanos e no bem-viver, garante participação social,

³<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac>



educação emancipatória, trabalho digno, saúde universal de qualidade e segurança pública cidadã. Seu desenvolvimento promove transformações estruturais que respeitam e fomentam a sociobiodiversidade e a diversidade cultural e territorial; fortalece a ação do sul global e participa de uma nova governança internacional, multilateral, com protagonismo, cooperação, justiça e paz.”

Resultados Esperados

Os resultados esperados representam a materialização dos compromissos expressos nos pilares e traduzem a aspiração de uma sociedade que combina desenvolvimento econômico com justiça social, sustentabilidade ambiental e democracia substantiva.

Assim, eles refletem a visão de futuro delineada para o Brasil, que seja: fortalecer a soberania nacional e a economia, reduzir desigualdades, garantir direitos, promover trabalho digno, assegurar inovação ética e sustentabilidade. São eles:

1. Soberania Nacional fortalecida, com instituições democráticas justas, sólidas e com participação cidadã ativa;
2. Direitos Humanos efetivados, com políticas orientadas para o bem-viver e pela justiça social;
3. Protagonismo democrático internacional, pautado na cooperação, justiça, paz e no multilateralismo;
4. Redução das desigualdades estruturais históricas socioeconômicas, de raça, gênero, renda, riqueza e territoriais;
5. Crescimento da economia e incremento da competitividade internacional, com distribuição de renda e riqueza, inovação e sustentabilidade;
6. Tecnologia soberana, desenvolvida de forma ética, inclusiva e sustentável;
7. Pleno emprego e trabalho digno com proteção social assegurada, remuneração justa e jornada de trabalho que garanta uma vida saudável;
8. Economia de baixo carbono com transição social e adaptação justa, que pro-

- mova a sociobiodiversidade e a justiça climática;
9. Educação pública, gratuita, emancipatória, equitativa e universal, com formação para o trabalho e protagonismo cidadão;
 10. Sistema público universal de saúde integral, equitativo, gratuito e de qualidade; e
 11. Diversidade cultural e suas identidades regionais efetivadas como eixos do desenvolvimento humano, social e econômico.

Os Pilares

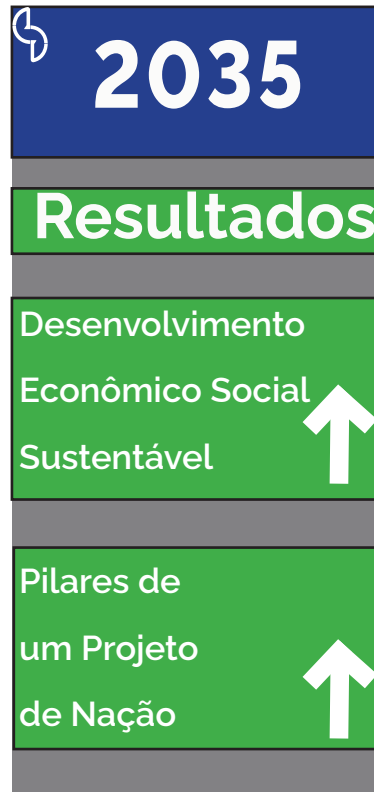
A construção dos Pilares de um Projeto de Nação foi um processo participativo e técnico, guiado pela escuta qualificada de diferentes vozes da sociedade brasileira. A partir das contribuições dos conselheiros e conselheiras do CDESS, foram identificados os principais desafios estruturais do país e suas possíveis soluções.

Os pilares surgem, portanto, como respostas a demandas reais. Cada um deles é fruto da escuta, concertação e construção coletiva. Possuem caráter transversal e perpassam todas as Comissões Temáticas do Conselhão, para que sejam visualizados e discutidos de acordo com a especialidade e competência temática de cada uma delas.

Essa é a principal inovação dos Pilares de um Projeto de Nação — não apenas o conteúdo das propostas, mas o modo como elas foram criadas: com base em diálogo, evidências, cooperação e compromisso com o futuro do Brasil.

A ordem em que os pilares estão dispostos não reflete qualquer hierarquia ou grau de importância: todos possuem relevância equivalente e se complementam na construção de um projeto de país integrado, democrático e sustentável.

Cada pilar é vinculado a um objetivo específico e acompanhado por um conjunto de ações estratégicas que sinalizam caminhos para sua implementação em 5 anos e consolidação em 10 anos.



Educação Equitativa e Fortalecimento Da Cultura

Este pilar reflete o compromisso do CDESS com o fortalecimento da educação pública, gratuita, inclusiva e emancipatória, bem como com a valorização da diversidade cultural brasileira.

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos”, que preconiza a ampliação da educação de qualidade e o acesso equitativo ao conhecimento.

Além disso, considera as megatendências de transformação tecnológica, mudanças no mercado de trabalho e aceleração do aprendizado digital, reforçando a urgência de uma educação crítica, inovadora e cidadã.

Contempla os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 18 (Igualdade Étnico-Racial), reforçando o papel da cultura e da educação como pilares estruturantes do desenvolvimento humano e social.

OBJETIVO:

Fortalecer a educação equitativa e cultura

ACÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Garantir educação pública, gratuita, emancipatória, equitativa e universal, com protagonismo cidadão;
2. Ampliar e distribuir de forma justa e territorial o financiamento e investimento públicos em educação e cultura;
3. Garantir que o recurso do Fundo Social do Pré-Sal seja utilizado para educação;
4. Fortalecer a educação básica ampla interseccional diversa, plural e inclusiva;
5. Fortalecer a educação profissional, por meio de um sistema nacional de educação orientado para o mundo do trabalho em transformação;
6. Expandir programas de letramento digital em escolas e via plataformas digitais;
7. Implementar a escola pública em tempo integral, com infraestrutura adequada e formação e valorização das pessoas trabalhadoras em educação;
8. Desenvolver políticas educacionais considerando envelhecimento da população;
9. Fortalecer educação em direitos humanos para a democracia e para a sociobiodiversidade;
10. Expandir políticas educacionais com concepções apropriadas para a sociobiodiversidade e sustentabilidade das comunidades do campo, das águas e da floresta;
11. Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, com financiamento público estável e descentralizado;
12. Fomentar a cultura como setor produtivo estratégico, integrando a economia criativa e a diversidade cultural ao desenvolvimento regional;
13. Fortalecer movimentos culturais inclusivos, territoriais e saberes coletivos;
14. Fortalecer a educação para a cultura alimentar saudável e ancestral nos territórios.



Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo

O Pilar traduz o compromisso do CDESS com a ampliação do trabalho digno, com proteção social e igualdade de oportunidades.

No que se refere à EB 2050, está alinhado ao eixo “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos”, que prevê o fortalecimento da inclusão produtiva, da qualificação e da seguridade social, e às megatendências de automação, envelhecimento populacional e transformação do mundo do trabalho.

Contempla os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Viabilizar trabalho digno e ampliar um sistema de proteção social universal e equitativo.

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Promover trabalho digno, com melhor remuneração e menor jornada de trabalho;
2. Reestruturar o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, aderente à complexidade das transições (ambiental, ecológica, digital, demográfica, produtiva, geopolítica e das democracias) e à diversidade das formas de ocupação;
3. Fortalecer o INSS e garantir a sustentabilidade do financiamento da previdência social;
4. Reduzir a rotatividade, a informalidade e a pejotização e combater o trabalho análogo à escravidão e a precarização do trabalho;
5. Acelerar a Transformação Digital inclusiva, promovendo tecnologias complementares ao trabalho e geradoras de renda e emprego;

6. Garantir a formação continuada ao trabalhador, necessária ao futuro do mundo do trabalho;
7. Incentivar a Economia verde para a geração de empregos sustentáveis e decentes e promoção da economia solidária;
8. Superar as desigualdades estruturais de raça e gênero no mundo do trabalho;
9. Reduzir as desigualdades de remuneração, em especial de pessoas negras, mulheres e regionais;
10. Ampliar acesso ao emprego digno às pessoas idosas, PCDs e LGBTQIA+;
11. Ampliar de forma justa a formação, acesso e permanência de jovens ao mundo do trabalho;
12. Ampliar o ingresso efetivo da população negra no serviço público, especialmente em cargos de liderança;
13. Acelerar e ampliar a política nacional de cuidado.

Segurança Alimentar e Nutricional

Este pilar reforça o compromisso do CDESS com o combate à fome e a construção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e soberanos.

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos”; à diretriz de promoção da segurança alimentar e nutricional em todo o território nacional; e às megatendências de crise alimentar global, mudanças climáticas e pressão sobre sistemas produtivos.

Contempla os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 3 (Saúde e Bem-Estar), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 15 (Vida Terrestre) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional da população



AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Fortalecer a soberania e os sistemas alimentares sustentáveis nos territórios;
2. Integrar práticas agroecológicas com tecnologias avançadas para aumentar produtividade e competitividade do agro nacional, incluindo pequenos e médios produtores;
3. Fortalecer a Sociobioeconomia como vetor da Segurança Alimentar e Nutricional e proteção da sociobiodiversidade nos territórios de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PIPCTAF's;
4. Integrar as cadeias produtivas do agro com inovação tecnológica e valorização da eficiência agrícola;
5. Fortalecer o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ;
6. Adotar os mecanismos da Taxonomia da sociobiodiversidade nos territórios de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PIPCTAF's;
7. Acelerar o processo de transição ecológica dos sistemas agroalimentares por meio de incentivo às práticas agroecológicas;
8. Incentivar economias de base comunitária;
9. Estimular cadeias alimentares agroecológicas de circuitos curtos de comercialização;
10. Otimizar a utilização de tecnologias de monitoramento de alerta precoce, como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), nos territórios prioritários;
11. Garantir a alimentação para população em situação de rua;
12. Ampliar e melhorar o acesso a alimentação de qualidade nos centros de educação infantil e superior. Fortalecer o INSS e garantir a sustentabilidade do financiamento da previdência social;

Este pilar propõe a ampliação do acesso universal à saúde e o fortalecimento das políticas de desenvolvimento social, com foco na equidade territorial e na dignidade humana.

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos”, ao objetivo de aprimorar o sistema público de saúde e proteção social e às megatendências de envelhecimento populacional, urbanização e mudanças epidemiológicas globais.

Contempla os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades) e 18 (Igualdade Étnico-Racial).

OBJETIVO:

Expandir o sistema de saúde e as políticas de desenvolvimento social

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Garantir acesso com qualidade à saúde, para toda a população e em todos os níveis (básico, especializado, hospitalar, urgência, farmacêutico), com financiamento público estável e compatível com sistemas universais de saúde;
2. Ampliar e qualificar as políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
3. Ampliar as Unidades de Saúde da Família;
4. Investir em inovação e tecnologia na saúde;
5. Fortalecer o complexo econômico industrial da saúde;
6. Fortalecer o sistema nacional de vigilância em saúde (epidemias, endemias, saúde do trabalhador e ambiental).
7. Fortalecer e ampliar a atenção básica de saúde;
8. Reduzir as desigualdades étnico-raciais nos programas de saúde e garantir atenção integral à população negra, indígena e tradicional;



9. Ampliar o acesso equitativo aos serviços essenciais como: saneamento, mobilidade urbana, infraestrutura etc.;
10. Ampliar práticas de atendimento humanizado;
11. Garantir acesso à população LGBTQI+ aos serviços de saúde;
12. Implementar e monitorar políticas de desenvolvimento social para comunidades tradicionais;
13. Integrar políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança, com foco em territórios vulneráveis e populações em situação de risco;
14. Implementar políticas voltadas ao envelhecimento da população e sustentabilidade dos sistemas de seguridade social;
15. Criar políticas intergeracionais integradas para juventude e envelhecimento ativo.

Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas

O Pilar estimula a produção nacional de conhecimento, a inovação e a inclusão digital, por meio da soberania científica e tecnológica do país

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática, em sinergia com as políticas de transformação digital e formação de capital humano qualificado, e às megatendências de aceleração tecnológica, inteligência artificial e soberania científica.

Contempla os ODS 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 18 (Igualdade Étnico-Racial).

OBJETIVO:

Fortalecer a soberania científica e tecnológica do país de forma equitativa

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Fortalecer política nacional de ciência, tecnologia e inovação que garanta soberania, promova desenvolvimento sustentável e amplie acesso equitativo aos benefícios do progresso tecnológico;
2. Desenvolver infraestrutura digital de conectividade e processamento soberana e inclusiva;
3. Democratizar o acesso e uso das tecnologias, especialmente em territórios marginalizados;
4. Ampliar financiamento de forma regular para Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em setores estratégicos, como as tecnologias quânticas, nucleares e semicondutores;
5. Desenvolver a infraestrutura nacional de dados e as infraestruturas digitais públicas, assegurando interoperabilidade, governança aberta, segurança e dados abertos;
6. Desenvolver a cadeia produtiva nacional de Inteligência Artificial;
7. Combater racismo algorítmico e distorções na produção, circulação e validação de conhecimento provocadas por sistemas de IA;
8. Desenvolver biotecnologia e tecnologias de mitigação e adaptação climáticas;
9. Promover o acesso e a permanência de grupos vulneráveis em áreas de pesquisa e ciência sub-representadas;
10. Promover mecanismos de financiamento e investimento que viabilizem a transformação de avanços científicos em desenvolvimento tecnológico;
11. Estabelecer polos tecnológicos regionais e redes de inovação inclusivas, fortalecendo a soberania científica nacional;
12. Promover ambientes colaborativos público-privados, fundos de investimento em inovação e marcos legais flexíveis para P&D.



Segurança Pública Cidadã

O Pilar busca consolidar um modelo de segurança pública cidadã, baseado na prevenção, na redução da violência e na promoção dos direitos humanos.

Está alinhado ao eixo “Fortalecimento das Instituições Democráticas e da Soberania Nacional” da Estratégia Brasil 2050, que propõe a modernização do sistema de justiça, o fortalecimento da governança pública e a ampliação da confiança social nas instituições.

O pilar também está em sintonia com as megatendências globais identificadas na EB 2050, especialmente a urbanização desigual, as novas dinâmicas de criminalidade, a digitalização das relações sociais e a expansão das tecnologias de vigilância, que exigem abordagens integradas e inovadoras para a segurança pública.

Contempla os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 18 (Igualdade Étnico-Racial), reafirmando o compromisso do Brasil com uma segurança pública que promova a paz, a justiça social e a igualdade racial e de gênero.

OBJETIVO:

Implementar uma política de segurança pública cidadã

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Garantir estratégia nacional de segurança pública, com sistemas integrados, coordenação e cooperação federativas, uso de tecnologias e qualificação permanente das forças de segurança;
2. Efetivar o Sistema Único de Segurança Pública e assegurar que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública apoiem ações e projetos prioritários;
3. Expandir nacionalmente operações em força-tarefa integrada entre instituições

- de segurança e justiça para combate ao crime organizado;
4. Fortalecer a gestão da informação e o uso de tecnologias para incentivar ações estratégicas de controle e enfrentamento do crime organizado;
 5. Estruturar Centros de Inteligência e Bases Nacionais de Dados Criminais, fortalecendo marco legal de compartilhamento de dados em segurança pública;
 6. Mapear mercados vinculados à lavagem de dinheiro responsável pelo financiamento do crime organizado;
 7. Inserir o controle de armas como dimensão central da estratégia de enfrentamento do crime organizado;
 8. Reduzir a impunidade dos homicídios, com publicação de indicador nacional de elucidação de homicídios;
 9. Fortalecer o Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força, com foco na redução da letalidade e vitimização policiais;
 10. Capacitar agentes públicos (policiais, promotores, juízes, assistentes sociais) em perspectiva de raça, gênero, LGBTQIA+ e direitos humanos;
 11. Implementar projetos piloto junto às diferentes polícias para enfrentar o racismo na segurança pública;
 12. Promover a articulação entre o sistema de segurança e o sistema de justiça criminal;
 13. Implantar programas nacionais de ressocialização para pessoas privadas de liberdade e estruturar um amplo programa de atendimento ao egresso;
 14. Integrar políticas de segurança, direito à cidade, justiça, saúde, educação, Centros Culturais Comunitários, lazer, esporte, áreas verdes, direitos humanos, assistência e urbanismo, especialmente em áreas com altos índices de violência;
 15. Implementar práticas de justiça restaurativa em escolas, comunidades e sistema penal;
 16. Ampliar e qualificar a rede de acolhimento a vítimas de violência doméstica e LGBTfobia com casas-abrigo, centros de referência, apoio jurídico e psicológico;
 17. Promover políticas de juventude, ações educativas e campanhas públicas nas escolas e territórios vulneráveis, com foco prevenção da violência juvenil e cidadania;

18. Assegurar um ambiente digital seguro e ético, combatendo crimes e fraudes digitais e a desinformação.



Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo

Este pilar expressa a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a justiça territorial e a sustentabilidade social e ambiental.

Está alinhado à EB 2050, especialmente no eixo "Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática", que enfatiza a integração entre planejamento urbano, desenvolvimento regional e equidade territorial. O Projeto de Nação amplia o enfoque territorial e equitativo, enquanto a EB 2050 enfatiza integração física e logística.

O pilar reflete, também, as megatendências de urbanização acelerada, reorganização espacial das cadeias produtivas e vulnerabilidade climática, propondo políticas integradas que conciliem produtividade e combate às desigualdades territoriais.

Está associado aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 6 (Água Potável e Saneamento), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Promover o Desenvolvimento Territorial sustentável e justo

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Incorporar as características territoriais nas estratégias de desenvolvimento e nas políticas públicas;
2. Estabelecer uma estratégia de gestão do território, considerando seus diferentes atores, escalas, especificidades políticas e institucionais;

3. Combater as desigualdades, assimetrias e injustiças territoriais, urbanas e rurais;
4. Fortalecer e aprimorar os consórcios públicos como instrumentos de articulação regional das políticas públicas e eficiência do gasto público;
5. Reestruturar a base produtiva regional com distribuição de renda, digitalização, circularidade, inclusão e resiliência;
6. Integrar cadeias produtivas regionais para geração de oportunidades para pequenos negócios e autônomos;
7. Ampliar o financiamento para adaptação climática justa;
8. Distribuir a base produtiva para enfrentar as desigualdades territoriais;
9. Formação profissional e tecnológica para o desenvolvimento econômico, sustentável das vocações regionais e consórcios intermunicipais;
10. Ampliar o financiamento para o Turismo local Sustentável;
11. Implementar o Programa Nacional de Reforma Agrária, com ordenamento fundiário e uso social da terra;
12. Proteger e garantir os direitos das populações atingidas por eventos climáticos extremos, assegurando respostas rápidas, dignas e sustentáveis;
13. Ampliar e fortalecer a rede de economia solidária e agricultura familiar, cooperativas e cadeias agroecológicas locais, com crédito, assistência técnica e compras públicas;
14. Combater o racismo ambiental nos territórios.

Cidades Sustentáveis

Este pilar busca promover a ampliação dos investimentos em infraestrutura social e urbana, garantindo acesso a moradia, saneamento, mobilidade e serviços públicos de qualidade.

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo de “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática”, que propõe fortalecer a infraestrutura como motor de inclusão e competitividade.

Considera as megatendências de urbanização, pressão por recursos naturais e transição energética, propondo investimentos sustentáveis em saneamento, habitação e mobilidade.



Contempla os ODS 6 (Água Potável e Saneamento), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Fortalecer Cidades sustentáveis

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Ampliar o financiamento para infraestrutura urbana em territórios com baixo desenvolvimento social;
2. Ampliar o acesso à moradia digna integrada à infraestrutura urbana e às políticas públicas;
3. Acelerar a universalização do saneamento básico e fortalecer e ampliar seus sistemas públicos;
4. Fortalecer a gestão de resíduos sólidos de forma sustentável e com circularidade;
5. Ampliar e valorizar a arborização e agricultura urbanas como serviço ecossistêmico;
6. Fortalecer o financiamento para mobilidade urbana sustentável, com Direito à Cidade, mobilidade ativa, ruas completas e urbanismo tático;
7. Promover a mobilidade de média e longa distância que democratize o acesso aos modais de transporte coletivo tornando-os mais acessíveis, eficientes e sustentáveis para toda a população;
8. Ampliar o financiamento e democratizar o acesso ao transporte público coletivo;
9. Ampliar o protagonismo e participação comunitária na formulação e implementação de projetos nos municípios.

Transição Ecológica Justa

O Pilar propõe um modelo de desenvolvimento que combine justiça social e sustentabilidade ambiental, promovendo a bioeconomia, a descarbonização e a adaptação climática.

Está alinhado ao eixo “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática” da EB 2050 e incorpora as megatendências de emergência climática, escassez hídrica e bioeconomia tropical.

Contempla os ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Climática), 14 (Vida na Água), 15 (Vida Terrestre) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Consolidar uma transição ecológica justa

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Garantir a conservação das florestas, o manejo sustentável e a restauração dos biomas brasileiros, fortalecendo a capacidade de mitigação e adaptação climática;
2. Incentivar a descarbonização produtiva com estratégia e liderança global, garantindo uma política de transição justa para trabalhadores, trabalhadoras e comunidades afetadas;
3. Desenvolver estratégia nacional sustentável para minerais críticos, alinhada à demarcação de terras;
4. Ampliar demarcação e a proteção de territórios indígenas e quilombolas;
5. Fortalecer os mecanismos de incentivo direcionados à utilização do solo de forma sustentável;
6. Acelerar processo de promoção de justiça climática e valorização dos saberes tradicionais;
7. Garantir segurança energética com fontes diversas e renováveis, com sistemas e preços justos;
8. Modernizar e digitalizar as redes de energia, com sistemas inteligentes que apoiem a transição energética, reduzam perdas e gerenciem o excesso de produção;
9. Promover a melhor gestão dos recursos hídricos de forma sistêmica, integrada e sustentável;
10. Ampliar o protagonismo estratégico da economia circular e economia solidária;



11. Fortalecer mecanismos de proteção e recuperação das áreas úmidas e ecossistemas de baixo carbono para aumentar a resiliência climática, conservar a biodiversidade e garantir segurança hídrica e serviços ecossistêmicos essenciais;
12. Fortalecer o diálogo e integração entre os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos científicos como estratégia de combate à crise climática;
13. Promover a Bioeconomia e biotecnologia para descarbonização e segurança energética;
14. Ampliar a integração entre bioeconomia, sociobiodiversidade e cadeias produtivas sustentáveis regionais;
15. Incentivar a criação de cinturões verdes.

Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo

Este pilar expressa a necessidade de reposicionar o Brasil como potência produtiva e tecnológica, integrando sustentabilidade, inovação e inclusão social.

Se alinha ao eixo de “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática” da EB 2050, em especial às diretrizes voltadas à neointustrialização, inovação e transição verde, e às megatendências de transição tecnológica, descarbonização e reconfiguração das cadeias globais de valor.

Contempla os ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Climática) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Fomentar uma estratégia de Desenvolvimento Produtivo digital, verde e justo

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Fortalecer estratégia industrial nacional, ampliando mecanismos de financiamento e de adensamento das cadeias produtivas em setores econômicos estratégicos e fortalecendo o protagonismo nacional e regional nesses segmentos;
2. Estimular o investimento público e privado em ciência e tecnologia, elevando a participação da pesquisa e do desenvolvimento no PIB;
3. Acelerar a transformação digital, aumentando produtividade por meio da incorporação de tecnologias digitais na produção;
4. Estimular o empreendedorismo, atração de investimentos, o ambiente de negócios para setores estratégicos e com potencial econômico e a economia criativa;
5. Fortalecer a segurança jurídica para o ambiente de negócios;
6. Aumentar competitividade e protagonismo das MPEs, com foco nas empresas com impacto equitativo e justo;
7. Fortalecer o ecossistema de startups por meio de incubadoras, financiamento de capital semente e contratos públicos para soluções inovadoras;
8. Ampliar o uso das compras públicas como indutor do desenvolvimento sustentável e tecnológico nacional;
9. Desenvolver o Complexo Econômico-Industrial Verde, integrando inovação, defesa, energia e transição ecológica;
10. Ampliar o financiamento ao empreendedorismo liderado por grupos vulneráveis;
11. Garantir amplos recursos públicos e privados para a transformação ecológica e regular os mercados de carbono e reduzir fraudes e greenwashing (marketing enganoso que cria uma falsa imagem de sustentabilidade);
12. Fortalecer, regular e reduzir fraudes nos instrumentos financeiros para a transformação ecológica, para alocação eficiente e sustentável de capital;
13. Reestruturar o sistema de crédito rural para corrigir desigualdades e garantir financiamento estável para a produção agrícola;
14. Estimular cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais;
15. Desenvolver tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.



Este pilar propõe uma reorientação das políticas macroeconômicas e fiscais para promover justiça social e desenvolvimento sustentável.

Está alinhado à EB 2050, no que se refere ao eixo “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática”, que defende a adoção de instrumentos econômicos voltados à redução das desigualdades e à sustentabilidade fiscal e às megatendências de redistribuição global de riqueza, instabilidade financeira e necessidade de novas métricas de prosperidade.

Dialoga com os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 17 (Parcerias e Meios de Implementação) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Promover uma política macroeconômica e um orçamento público orientados ao crescimento justo

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Revisar o regime de metas de inflação e reavaliar seus parâmetros;
2. Aprimorar a coordenação entre políticas fiscal, monetária e de crédito;
3. Combater distorções, isenções e benefícios fiscais ineficientes para estabelecer e financiar uma estratégia nacional de desenvolvimento;
4. Ampliar a capacidade arrecadatória do Estado de forma justa e progressiva;
5. Avaliar eficiência das políticas públicas existentes para qualificar o gasto público;
6. Expandir o investimento público com critérios de equidade e desenvolvimento territorial justo;

7. Aprimorar a política de comércio exterior para ampliar as exportações de bens e serviços de maior valor agregado, fortalecendo a competitividade e a estabilidade macroeconômica;
8. Reduzir especulação e volatilidade no mercado de câmbio para maior previsibilidade e estabilidade ao investimento produtivo e comércio internacional;
9. Promover uma política de atração de investimento estrangeiro direto e financiamento internacional orientado para a produção, inovação e sustentabilidade, assegurando estabilidade financeira e previsibilidade dos fluxos de capitais;
10. Retirar o orçamento previsto para a Educação do arcabouço fiscal com vista a acelerar o processo educacional nacional.

Justiça Tributária, Investimento Público e Social

O Pilar tem por objetivo fortalecer o sistema tributário e fiscal brasileiro, promovendo progressividade, equidade e eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Se alinha à EB 2050, no eixo “Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática”, e complementa as diretrizes de modernização do Estado e promoção de justiça fiscal.

Além disso, é coerente com as megatendências de desigualdade global, novas formas de arrecadação digital e finanças sustentáveis.

Contempla os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 17 (Parcerias e Meios de Implementação) e 18 (Igualdade Étnico-racial).

OBJETIVO:

Impulsionar justiça tributária e ampliar o investimento público e social



AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Corrigir distorções, ineficiências e ilegalidades no sistema tributário, financeiro e econômico;
2. Ampliar a progressividade do sistema tributário e reduzir a carga dos impostos sobre serviços;
3. Reduzir o volume e aumentar o controle sobre as emendas parlamentares, visando garantir a transparência e eficiência do gasto público;
4. Implementar a previsão constitucional de taxaço de grandes fortunas;
5. Ampliar mecanismos de taxaço de altas rendas para o financiamento de políticas sociais;
6. Combater injustiças raciais no sistema tributário, financeiro e econômico;
7. Fortalecer financiamento público estratégico para o combate às desigualdades;
8. Viabilizar uma estratégia de implementação de renda básica da cidadania, integrada ao sistema de proteção social universal, promovendo dignidade, segurança de renda e liberdade de escolha para todas as pessoas.

Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito

Este pilar foi construído com base nas contribuições que expressam a necessidade de fortalecer o compromisso com a consolidação da democracia, da justiça e da segurança institucional.

Está alinhado à Estratégia Brasil 2050 (EB 2050), especialmente ao eixo de “Fortalecimento das instituições democráticas, das capacidades estatais e da soberania nacional”, que enfatiza a importância da governança pública, da participação social e da transparência como fundamentos de um Estado forte e democrático.

Está também em consonância com as megatendências de reconfiguração geopolítica, digitalização das instituições e fortalecimento das democracias participativas, apontadas pela EB 2050, que destacam a necessidade de Estados resilientes e capazes de proteger direitos em cenários de incerteza global.

Dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) e ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial), reforçando a importância da transparência, da governança e da cooperação interinstitucional para a sustentabilidade democrática do país.

OBJETIVO:

Defender a Soberania e fortalecer o Estado Democrático de Direito.

AÇÕES:

As ações elencadas para acelerar o processo de implementação do pilar e execução do objetivo são:

1. Fortalecer os mecanismos de freios e contrapesos, para a garantia da harmonia entre os poderes;
2. Fortalecer e aperfeiçoar mecanismos de defesa nacional: Forças Armadas, sistemas de informação, defesa das fronteiras, defesa cibernética, garantida a soberania digital;
3. Viabilizar a efetiva participação da sociedade civil na elaboração e avaliação da política nacional de defesa e a estratégia nacional de Defesa;
4. Fortalecer o federalismo e mecanismos de coordenação e cooperação federativa;
5. Realizar reforma política para fortalecer a representação política, transparência, participação e acesso à política eleitoral;
6. Fortalecer a capacidade de investigação de crimes contra o estado democrático de direito;
7. Fortalecer uma política pública de comunicação social de caráter nacional integrada pelos meios eletrônicos de comunicação de massa;
8. Promover a educação midiática para direitos humanos, cultura de defesa de



- mocrática de longo prazo;
9. Regular as tecnologias emergentes, tal como as plataformas digitais e a Inteligência Artificial, garantida a inovação, segurança, soberania nacional e defesa democrática;
 10. Fortalecer a integração do Brasil com o Sul Global por meio da cooperação multilateral em comércio, educação, cultura e desenvolvimento social;
 11. Consolidar a América do Sul como uma região de paz e cooperação;
 12. Fortalecer mecanismos de controle social, transparência digital e prestação de contas republicana em todos os níveis da administração pública;
 13. Valorizar as carreiras públicas, com formação técnica, ética e republicana permanente.

Diretrizes de Políticas Públicas

Após a apresentação dos pilares, seus objetivos e ações, é necessário garantir a coerência e a integração de todo o conjunto. Nesse ponto, as políticas públicas propostas e desenvolvimento das ações devem considerar as seguintes diretrizes para que a consolidação dos Pilares de um Projeto de Nação atinja os resultados esperados:

- **Equidade étnico-racial;**
- **Equidade de gênero;**
- **Equidade para Pessoas LGBTQIAP+;**
- **Equidade para PCDs;**
- **Enfrentamento às Mudanças Climáticas;**
- **Democracia substantiva e participativa;**
- **Enfrentamento à Desigualdade Territorial;**
- **Transição Demográfica;**
- **Soberania; e**
- **Desconcentração de renda.**

Essas diretrizes atuam como o elo entre a formulação dos pilares e a sua implementação, assegurando que cada objetivo avance orientado por valores comuns — equidade, participação, sustentabilidade e justiça social — e contribua para a realização da visão de futuro construída coletivamente pelo Conselho.

A definição dessas diretrizes foi proposta pelos conselheiros e conselheiras do CDESS, que amadureceram a compreensão de que cada tema deve ser observado de forma interdependente e sistêmica.

Assim, todas as comissões se manifestaram sobre as especificidades da temática que lhes compete, contribuindo para a coerência e a transversalidade do conjunto de pilares. Essa concepção rompe com a lógica setorializada da gestão pública e propõe uma abordagem integrada e cooperativa para o desenvolvimento nacional.

Próximos Passos

A primeira etapa foi estratégica para expressar um novo paradigma de formulação de políticas públicas no país. Seguindo essa metodologia, a próxima fase do processo consistirá na transformação dos pilares, objetivos e ações em políticas, metas, indicadores e resultados.

Será um trabalho orientado por duas **frentes complementares**:

- **A avaliação de gargalos e lacunas nas políticas e normativos já existentes — pois muitos dos temas propostos já são objeto de programas governamentais que carecem de efetividade, articulação ou escala; e**
- **o estabelecimento de prioridades e de planos operacionais, com ações, metas e indicadores de acompanhamento para os próximos anos.**

Essa nova fase, que será construída ao longo do primeiro semestre de 2026, buscará convergência entre o que já existe e o que precisa ser criado ou transformado, promovendo a integração entre diagnósticos, soluções e instrumentos de implementação.

Nesse momento, serão discutidas e ajustadas, no âmbito das Comissões Temáti-



cas, propostas que possam ser desenvolvidas e implementadas para a superação dos obstáculos apontados, sempre em diálogo com diferentes atores e considerando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no âmbito nacional e internacional.

O processo seguirá uma lógica de governança participativa e será orientado pelo Ciclo PDCA (Planejar, Executar, Checar e Agir):

Planejar (Plan): definição de metas, indicadores e responsáveis para cada pilar, a partir de consultas públicas e diálogos setoriais.

Executar (Do): pactuação e início de projetos-piloto junto a ministérios, estados, municípios e sociedade civil.

Checar (Check): acompanhamento e avaliação dos resultados por meio de painéis públicos de monitoramento, relatórios de progresso e fóruns participativos.

Agir (Act): correção de rumos e atualização periódica dos pilares, garantindo aprendizado contínuo e aperfeiçoamento das estratégias.

Ao longo dos próximos anos, os Pilares de um Projeto de Nação deverão se consolidar como um instrumento permanente de diálogo entre Estado e sociedade, ajudando o país a definir rumos, corrigir caminhos e construir um Brasil mais justo, democrático e sustentável.



Figura I: demonstra as etapas do processo de construção dos Pilares, conforme detalhado no Anexo III

Anexos



Anexo I – O CDESS e as suas Comissões Temáticas



O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), conhecido como “Conselhão”, recriado pelo Decreto nº 11.454, de 24 de março de 2023, tem como objetivo assessorar a Presidência da República na promoção e elaboração de estudos e recomendações sobre políticas públicas de diversos temas.

Trata-se de um fórum qualificado para a discussão de políticas públicas e a proposição de reformas e projetos que estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento e a equidade social. Juntos, exercitam o diálogo plural, a troca de informações e de pontos de vista, ajudando a superar diferenças e a construir consensos.

O CDESS encontra-se estruturado em cinco Comissões Temáticas, que possuem a missão de analisar as atividades do Governo e produzir recomendações. São elas: (i) Assuntos Econômicos; (ii) Combate às Desigualdades; (iii) Direitos e Democracia; (iv) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e (v) Tecnologia, Inovação e Transformação Digital.

Além disso, o Conselho pode instaurar Grupos de Trabalho com temáticas específicas para contribuir, em um período determinado, com soluções e propostas sobre o tema de análise. Desde 2023, o CDESS contribui em GTs sobre temas como transição energética, crédito e investimento, áreas degradadas e primeira infância, por exemplo.

As principais características do Conselhão são a participação plural, o foco em desenvolvimento sustentável e o seu papel consultivo, ao oferecer recomendações e propostas para aprimorar políticas públicas e promover melhorias na qualidade de vida da população.

Os conselheiros e as conselheiras do CDESS — representantes de diferentes setores produtivos, movimentos sociais, academia, juventudes, territórios e comunidades tradicionais — formam uma amostra viva do Brasil plural que o Conselho se propõe a servir.

A composição atual do CDESS, com mandato vigente até 5 de março de 2027, é formada por 131 novos(as) conselheiros(as) e 155 reconduzidos(as) do mandato 2023–2025, conforme Decreto Presidencial de 1º de agosto de 2025.

A seguir são apresentadas as Comissões Temáticas do Conselhão, bem como o resumo dos trabalhos realizados no período compreendido entre as suas instalações e o fim do 1º semestre de 2025.

Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CAE/ CDESS)

A CAE foi a primeira comissão temática do CDESS a ser instalada, em 1º de julho de 2023, com o objetivo de contribuir com políticas relativas ao desenvolvimento, ao ambiente de negócios e à atração de investimentos, à modernização da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade brasileira.

As discussões ocorridas no âmbito da comissão abordaram questões como reforma tributária, combate à sonegação fiscal, conformidade técnica, educação financeira, e a regulação do comércio transfronteiriço, além de abordar a economia do bem-estar e licenciamento ambiental.

As recomendações incluem a atualização da tabela do Imposto de Renda, a criação de um conselho contra ilegalidades concorrenciais, e o fortalecimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira, com foco em inclusão e redução do endividamento.

Também são destacadas iniciativas como a revisão do “Programa Remessa Conforme” e o monitoramento de grupos de trabalho relacionados à transição energética e crédito e ao Spread Bancário, com o objetivo de reduzir os custos do crédito para empresas e consumidores, em parceria com bancos e ministérios, focando em eixos como prevenção a fraudes, inadimplência, competitividade na indústria financeira e instrumentos inovadores para micro, pequenas e médias empresas.

Comissão Temática de Combate às Desigualdades (CCD/ CDESS)

A CCD foi instalada em 27 de julho de 2023 com o objetivo principal de acompanhar, avaliar e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e ações relacionadas à temática das desigualdades, abordando questões de renda, riqueza, sociais, ambientais, políticas, territoriais, culturais, de gênero e de raça.

A CCD busca promover soluções intersetoriais e transversais, mobilizando diversos atores como agentes públicos, instituições, sociedade civil, setores produtivos, movimentos sociais e academia. Os trabalhos da CCD estão estruturados em 3 eixos temáticos principais: I) Enfrentamento ao Racismo; II) Equidade de Gênero; e III) Inclusão Produtiva, Geração de Emprego e Renda, e Futuro do Trabalho.

Os trabalhos da CCD envolveram debates, propostas e apoio a iniciativas como o Curso Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos do Instituto ALARI da Universidade de Harvard, visando políticas antirracistas; o Grupo Potências Negras, que atua no combate ao racismo estrutural; o Pacto pela Igualdade Racial, instituído em 2023; a Moção ao Projeto de Lei nº 1.958/2021 para aumentar as cotas



raciais em concursos públicos federais; e o projeto “Cronogramas da Liberdade”, que buscou escutar mulheres negras em territórios periféricos para subsidiar políticas públicas.

A CCD acompanhou, também, a implementação da Lei nº 14.611/2023, da Igualdade Salarial, promovendo diálogos com empregadores e centrais sindicais sobre transparência salarial e mecanismos de fiscalização contra a discriminação.

Ainda, houve debates sobre a automação e o trabalho decente, destacando a necessidade de políticas de desenvolvimento inclusivo diante das transformações do mercado de trabalho. A CCD também enfatizou o fortalecimento das pequenas e médias empresas (PMEs), especialmente as lideradas por mulheres negras, como estratégia crucial para a inclusão econômica e tecnológica

Comissão Temática de Direitos e Democracia (CDD/ CDESS)

A CDD foi instalada em 22 de agosto de 2023, com o objetivo de aprimorar áreas cruciais como o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o combate à desinformação e ao discurso de ódio, e o fortalecimento das instituições democráticas. A Comissão estruturou suas atividades em três eixos prioritários: I) Sistema de Justiça e Segurança Pública; II) Defesa da Democracia; e III) Cidadania e Efetividade de Direitos.

Ao longo de sua existência, a CDD se debruçou na análise, discussões e propostas sobre diversos temas que orbitam a sua gama de atuação, a exemplo das contribuições para o Plano Pena, para o enfrentamento da violação de direitos no sistema prisional; do debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, buscando o combate ao crime organizado; do monitoramento do Programa Viver sem Limites; da proposta de aprimoramentos no Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e dos debates sobre desinformação e regulação digital, com previsão de seminários sobre o PL nº 2630/2020 (Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet).

As principais recomendações da CDD incluíram a criação de um Painel de Monitoramento para programas de segurança pública, com cronograma e metas do PRONASCI II, e a garantia da participação do CDESS na elaboração e monitoramento do plano de intervenção para a superação do “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional, conforme a ADPF 347.

Outras recomendações importantes focaram na estruturação de uma Política Interministerial de Combate a grupos extremistas e fundamentalistas e na criação de uma Política Nacional de Combate à Desinformação, propondo a regulamentação das redes sociais, transparência de algoritmos e penalização efetiva de atos golpistas. Para as Pessoas com Deficiência, a CDD recomendou aprimoramentos na governança, regionalização e metas mais ambiciosas para o Programa

Viver sem Limite II e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, abrangendo temas como trabalho, educação e acessibilidade.

Comissão Temática de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS/CDESS)

A CMADS foi instalada em 20 de julho de 2023 com os objetivos prioritários de contribuir para a preparação da 30ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudança do Clima (COP30) e apoiar o Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal. A CMADS atua de forma transversal, articulando discussões ambientais e envolvendo diversos ministérios e entidades, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores e a Casa Civil.

Durante os trabalhos da CMADS, foram aprofundadas discussões sobre temas como: Compras Públicas Sustentáveis; o impacto das Mudanças Climáticas nas Cidades; o maior uso da Madeira Certificada na Construção Civil; e o uso de tecnologias para soluções ambientais nos estados. Outros temas prioritários incluem a Agricultura e Inovação, com a “Agenda Positiva do Agro” e seminários sobre financiamento da inovação na agricultura familiar, e o aperfeiçoamento do Licenciamento Ambiental de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), visando despoluir águas interiores e costeiras do Brasil.

A Comissão também abordou a intensificação das queimadas nos biomas brasileiros em 2024, discutindo medidas de prevenção e apoio à Estratégia Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas.

Dentre as proposições e propostas da CMADS, destacam-se: a inclusão de critérios ambientais em compras públicas para a COP 30 e programas como o Minha Casa Minha Vida e PAC; a implementação de certificação de “Construção Sustentável” e o fomento ao uso de madeira certificada para redução de emissões; a criação de um Índice Estadual do Meio Ambiente (IEMA) para direcionar verbas federais para secretarias estaduais; e a criação de uma agenda unificada para a imagem e reputação do Brasil globalmente.

Comissão Temática de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD/CDESS)

A CTITD foi instalada em 24 de agosto de 2023 com a missão de ser um espaço qualificado de interlocução entre sociedade e governo para a construção de uma agenda estratégica para a transformação digital no Brasil.

As atividades da CTITD foram estruturadas em seis eixos: I) Infraestrutura; II) Educação e Capacitação; III) Ambiente de Negócios; IV) Fomento à Inovação; V) Tecnologias Estratégicas; e VI) Combate à Desinformação, Inclusão Social e Digital.



O foco principal da comissão é a proposta de uma governança centralizada para a transformação digital no Brasil, que culmina no Plano Brasil Digital 2030+, integrando iniciativas como a revisão do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e a articulação de parcerias com institutos federais. A CTITD também atua nas discussões sobre a renovação da Lei de TICs e sobre a Estratégia Brasil 2050, destacando o empenho em fomentar o desenvolvimento tecnológico e a inclusão digital no país.

A Comissão também liderou esforços para modernizar a legislação municipal, visando a expansão da conectividade 5G, e propôs o programa “Conexão Cidadã” para acesso gratuito a serviços governamentais digitais de interesse social. Ainda, realizou uma análise crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), recomendando sua integração ao Plano Brasil Digital 2030+ e a abordagem das desigualdades regionais.

A comissão também fortaleceu a atuação internacional do Brasil na agenda digital, participando de eventos dos BRICS e G20, e se envolveu na formulação do Projeto de Lei nº 2338/2023 (Marco Legal da Inteligência Artificial).

Um dos principais encaminhamentos e propostas da CTITD foi a defesa de uma governança centralizada da Transformação Digital, que foi atendida pelo governo com a instituição do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CIT Digital) pelo Decreto nº 12.308, de dezembro de 2024, e a nomeação de um Conselho Consultivo para a Transformação Digital (CCTD) em julho de 2025.

Anexo II - Referências Estratégicas Nacionais

Para as proposições dos desafios, os conselheiros tiveram acesso aos parâmetros descritos a seguir, os quais foram utilizados como base para o desenvolvimento das abordagens propostas para a definição dos pilares de um projeto de nação.

Os Conselheiros e Conselheiras foram convidados a utilizar essa abordagem para pensar nos desafios, suas urgências e possíveis soluções.

Estratégia Brasil 2050 – União, desenvolvimento e sustentabilidade ⁵

⁵ <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/Brasil2050>

A Estratégia Brasil 2050 é o primeiro plano nacional de longo prazo construído de forma participativa, coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Lançada em 2025, a estratégia envolveu mais de 130 entidades e 5.000 participantes, entre especialistas, gestores públicos, representantes da sociedade civil e lideranças empresariais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento do país até 2050, com foco na sustentabilidade, na equidade e na soberania.

A estratégia está estruturada em **três eixos complementares**:

- 1. Desenvolvimento social e garantia de direitos: propõe a redução da pobreza extrema, a ampliação da educação inclusiva, a adaptação da saúde às mudanças demográficas e climáticas, e a valorização da diversidade;**
- 2. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental: promove a inovação, a descarbonização da economia, a segurança energética e hídrica, e o fortalecimento da bioeconomia;**
- 3. Fortalecimento das instituições democráticas e da soberania nacional: busca consolidar a governança pública, ampliar a participação social e modernizar o Estado.**

A Estratégia Brasil 2050 define 18 objetivos nacionais de longo prazo, acompanhados de diretrizes estratégicas e indicadores-chave. Esses objetivos são transversais e regionalizados, permitindo que diferentes territórios contribuam com soluções específicas para os desafios nacionais. O plano também prevê a criação de um observatório permanente, responsável pelo monitoramento das metas e pela coleta contínua de contribuições da sociedade.

Ao ser incorporada como referencial na construção dos Pilares de um Projeto de Nação, a Estratégia Brasil 2050 oferece coerência, legitimidade e visão de futuro, assegurando que as propostas formuladas estejam alinhadas com um projeto de país sustentável, democrático e inclusivo.

Políticas Públicas Preditivas ⁶

As Políticas Públicas Preditivas representam uma inovação institucional liderada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), com o objetivo de transformar a forma como o Estado brasileiro formula e implementa políticas públicas. O cerne dessa abordagem está na antecipação de cenários futuros, por meio da integração de dados estatísticos, geocientíficos e tecnológicos, permitindo que decisões governamentais sejam tomadas com base em projeções e não apenas em diagnósticos retrospectivos.

O Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica,

⁶ <https://www.ibge.gov.br/singed-programa-nacional/apresentacao-programa.html>



lançado em 2025, estrutura-se em plataformas analíticas capazes de processar grandes volumes de dados provenientes de diferentes órgãos da administração pública (Serpro). A proposta é criar um ecossistema de inteligência estatal que permita identificar problemas emergentes, mapear oportunidades e orientar ações preventivas e estratégicas. O programa envolve sete ministérios e prevê oficinas técnicas, protocolos de cooperação e desenvolvimento de painéis territoriais integrados.

Essa abordagem preditiva é especialmente relevante em contextos de mudanças climáticas, transformações tecnológicas e instabilidades geopolíticas, pois permite ao Estado agir antes que os problemas se consolidem. A utilização de inteligência artificial, georreferenciamento e microdados garante maior precisão na análise de riscos e na formulação de políticas públicas voltadas ao médio e longo prazo.

Esse modelo de antecipação de cenários possibilita a formulação de políticas públicas eficazes, sustentáveis e orientadas para o médio e longo prazo, garantindo intervenções mais precisas e planejamento estratégico preventivo

Ao integrar essa perspectiva ao processo de construção dos Pilares de um Projeto de Nação, o CDESS incorpora uma lógica de planejamento proativo, territorializado e orientado por evidências, fortalecendo a capacidade do país de enfrentar desafios complexos com agilidade, consistência e justiça social.

Plano de Transformação Ecológica (PTE)⁷

O Plano de Transformação Ecológica (PTE), coordenado pelo Ministério da Fazenda, é uma iniciativa estratégica que articula desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, posicionando o Brasil como protagonista global na transição justa. Lançado oficialmente na COP28, o plano propõe uma nova economia baseada na descarbonização, na inovação tecnológica e na inclusão social.

O PTE está estruturado em seis eixos temáticos:

Finanças sustentáveis: mobilização de recursos públicos e privados para projetos ecológicos, incluindo títulos verdes e crédito climático.

Bioeconomia e sistemas agroalimentares: valorização dos biomas brasileiros, incentivo à produção sustentável e à agricultura regenerativa.

Transição energética: expansão das energias renováveis, eletrificação dos transportes e modernização da matriz energética.

Adensamento tecnológico: estímulo à inovação, à digitalização e à neointustrialização com foco em sustentabilidade.

⁷ <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/conheca-o-plano-de-transformacao-ecologica>

Nova infraestrutura e adaptação: obras públicas voltadas à resiliência climática e à redução de riscos ambientais.

Economia circular: promoção de modelos produtivos sustentáveis, com redução de resíduos e reaproveitamento de recursos.

O plano prevê investimentos estimados entre US\$ 130 bilhões e US\$ 160 bilhões por ano, com impacto direto na geração de empregos verdes, na redistribuição de renda e na competitividade internacional do Brasil. A articulação interministerial e a participação da sociedade civil garantem que o PTE seja uma política transversal e estruturante.

Ao ser utilizado como referencial na construção dos pilares, o PTE oferece instrumentos concretos para a transição ecológica, conectando os desafios ambientais às oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Nova Indústria Brasil (NIB)⁸

Se trata de um plano estratégico para a reindustrialização sustentável do país até 2033, com foco em inovação, produtividade e sustentabilidade. Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o objetivo da NIB é modernizar o parque industrial, aumentar a competitividade e promover a criação de empregos de alta qualidade, alinhando o desenvolvimento econômico com as demandas ambientais e sociais do século XXI.

A política está estruturada em seis missões estratégicas:

Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais: aumento da participação da agroindústria no PIB, mecanização da agricultura familiar e fortalecimento da produção nacional.

Complexo econômico-industrial da saúde: ampliação da autonomia na produção de medicamentos, vacinas e equipamentos médicos.

Infraestrutura, saneamento e mobilidade sustentáveis: redução do tempo de deslocamento urbano e fortalecimento da cadeia de transporte público.

Transformação digital da indústria: digitalização de 90% das indústrias e aumento da produção nacional de tecnologias avançadas.

Bioeconomia, descarbonização e segurança energética: corte de 30% nas emissões industriais, expansão dos biocombustíveis e uso sustentável da biodiversidade.

Tecnologias de soberania e defesa nacional: autonomia na produção de tecnolo-

⁸<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>



gias críticas para a segurança e defesa.

Com previsão de R\$ 300 bilhões em investimentos até 2026, a NIB utiliza instrumentos como crédito subsidiado, compras públicas, incentivos fiscais e parcerias com universidades e centros de pesquisa. A abordagem por missões permite foco em resultados concretos e alinhamento com os desafios estruturais da indústria brasileira.

Ao ser incorporada como referencial estratégico, a NIB contribui para que os pilares reflitam uma visão de desenvolvimento produtivo, tecnológico e soberano, articulando inovação, inclusão e sustentabilidade.

Anexo III - **Construção dos Pilares** princípios orientadores e metodologia

Este anexo registra os princípios orientadores e a metodologia adotada para a construção dos Pilares de um Projeto de Nação, concebida como um processo participativo, estruturado e orientado por princípios técnicos e políticos.

Os princípios orientadores funcionaram como critérios transversais garantidores da coerência, da consistência e da legitimidade das propostas formuladas, assegurando que o processo fosse democrático, técnico e viável.

A metodologia foi desenvolvida para garantir que os pilares resultassem da escura qualificada dos conselheiros e conselheiras do CDESS, da análise de evidências concretas e da articulação entre diferentes áreas temáticas.

Princípios Orientadores

Os princípios orientadores que fundamentaram o processo de construção dos Pilares de um Projeto de Nação foram aplicados de forma concreta em diferentes momentos do processo, especialmente na elaboração das perguntas do Formulário de Diagnóstico Situacional e na análise das contribuições recebidas dos(as) conselheiros(as). Essa aplicação prática assegurou que os desafios identificados e as propostas formuladas estivessem alinhados com os valores que sustentam a iniciativa.

Participação Qualificada

A construção dos pilares foi baseada na contribuição ativa e qualificada dos conselheiros e conselheiras do CDESS, que representam diferentes setores da sociedade civil. A participação é entendida não apenas como presença, mas como envolvimento, com base em experiências, saberes e evidências concretas. Esse princípio assegura que o processo seja plural, representativo e legitimado social-

mente.

Base em Evidências

As propostas foram fundamentadas em dados, estudos, diagnósticos e exemplos concretos. A utilização de evidências permitiu que os pilares fossem construídos com rigor técnico, evitando decisões baseadas em percepções isoladas ou conjunturais. Esse princípio fortalece a capacidade analítica do processo e contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Horizonte Duplo

O planejamento estratégico adotado considerou dois horizontes temporais: o curto prazo (5 anos), voltado à implementação de ações concretas e mensuráveis; e o longo prazo (10 anos), que orienta a construção de uma visão de futuro para o país. Essa abordagem permitiu combinar urgência e profundidade, articulando respostas imediatas com transformações estruturantes.

Transversalidade

Os pilares foram construídos a partir de eixos temáticos distintos, mas interdependentes. A transversalidade assegura que os desafios sejam compreendidos em sua complexidade, promovendo articulação entre áreas como economia, meio ambiente, direitos, tecnologia e inclusão social. Esse princípio evita fragmentações e promove soluções integradas.

Viabilidade Institucional e Fiscal

As propostas foram construídas considerando a capacidade do Estado brasileiro de implementá-las, levando em conta aspectos fiscais, regulatórios, administrativos e políticos. A viabilidade é um critério essencial para garantir que os pilares não sejam apenas aspiracionais, mas também exequíveis, sustentáveis e alinhados às condições institucionais do país.

Metodologia – Etapas do processo de construção dos Pilares

A seguir estão descritas as etapas do processo, os papéis e responsabilidades dos atores envolvidos, os critérios de coleta, sistematização e validação das contribuições, bem como os mecanismos de concertação.

Ao detalhar esse percurso, este anexo oferece transparência sobre os procedimentos adotados e reforça o caráter democrático, participativo e técnico da constru-

ção dos pilares, que se consolidam como diretrizes estruturantes para o desenvolvimento do país.



Etapa 1 – Visão de Futuro

O processo teve início com a elaboração da Visão de Futuro, formulada pelo Comitê Gestor do Conselho. Os conselheiros e conselheiras foram convidados(as) a refletir sobre o país que desejamos construir até 2035 considerando horizontes de médio e longo prazo e os desafios estruturais brasileiros. O resultado desse exercício orientou toda a construção metodológica posterior, funcionando como o norte estratégico dos Pilares de um Projeto de Nação.

Etapa 2 - Diagnóstico Participativo

A etapa seguinte consistiu na aplicação de um formulário de diagnóstico (Anexo V), por meio do qual cada conselheiro(a), orientado pelas Referências Estratégicas Nacionais (Anexo II), identificou até três desafios prioritários. As respostas apresentaram justificativas, evidências, impactos territoriais, grupos populacionais afetados e propostas preliminares de solução, sempre com horizonte temporal de dez anos e foco operacional em cinco anos.

Essa etapa permitiu captar a pluralidade de olhares sobre os principais entraves ao desenvolvimento nacional.

Etapa 3 – Sistematização e Análise dos Dados

As contribuições recebidas foram consolidadas pelas coordenações das Comissões Temáticas e constituiu a base das discussões coletivas no âmbito do Conselho.

O material foi organizado em torno de temas recorrentes e apresentado aos conselheiros e conselheiras. Em seguida cada comissão avaliou a fidelidade da sistematização e validou os desafios considerados mais estratégicos para orientar o processo.

Etapa 4 – Proposição de Eixos setoriais

Com os desafios estratégicos validados, iniciou-se a etapa de construção de eixos setoriais. Em reuniões de concertação, as comissões agruparam desafios semelhantes em grandes áreas temáticas, com o objetivo de facilitar o direcionamento dos debates e a futura transformação desses eixos em pilares.

Essa etapa marcou a transição entre a análise do diagnóstico e a formulação de estruturas estratégicas de planejamento.

Etapa 5 – Formulação dos Pilares de um Projeto de Nação

A partir dos eixos setoriais, iniciou-se o processo de síntese para transformação desses eixos em Pilares de um Projeto de Nação.

Buscou-se, nesse momento, reduzir a segmentação temática e ampliar a coerência interna, consolidando pilares integrados, transversais e exequíveis. O processo priorizou a convergência entre temas, a otimização do escopo e a viabilidade prática das propostas, resultando em um conjunto enxuto e estratégico de pilares.

Etapa 6 – Validação Inter Comissões

Os pilares formulados foram submetidos a rodadas de concertação entre todas as Comissões Temáticas, a fim de evitar sobreposições e lacunas dentro de cada eixo temático, garantindo que todas as áreas estejam representadas.

Trata-se de uma etapa crítica para garantir a robustez e legitimidade do conjunto final de pilares.

Etapa 7 – Formulação de Objetivos e Ações

Com os pilares validados, cada Comissão Temática foi responsável por detalhar objetivos estratégicos e propor ações concretas para cada pilar, observando:

- alinhamento às referências estratégicas nacionais;
- coerência com o diagnóstico inicial;
- viabilidade político-institucional e técnico-operacional;
- capacidade de entrega em cinco anos e impacto em dez.

As propostas foram organizadas em versões preliminares e submetidas a revisões sucessivas para garantir precisão, clareza e viabilidade.

Etapa 8 – Revisitação da Visão de Futuro

Após a consolidação dos pilares, objetivos e ações, o Comitê Gestor do CDESS revisitou a Visão de Futuro construída na Etapa 1, com o propósito de alinhá-la às diretrizes que emergiram do processo participativo.

Esse retorno permitiu ajustar formulações, atualizar prioridades e garantir consistência entre diagnóstico, futuro desejado e caminhos estratégicos de implementação.



Com todas as contribuições, ajustes e validações concluídos, realizaram-se rodas finais de reuniões para lapidação do conteúdo e harmonização da linguagem. O resultado foi a consolidação do Caderno de Apresentação dos Pilares de um Projeto de Nação, que sintetiza o trabalho coletivo de mais de 280 conselheiros e conselheiras que representam a versatilidade e a pluralidade do povo brasileiro.

Anexo IV - Formulário de Diagnostico Inicial

Este formulário tem como objetivo identificar os principais desafios prioritários no âmbito das Comissões Temáticas do CDESS. As contribuições dos conselheiros irão subsidiar a construção dos Pilares de um Projeto de Nação e orientar futuras recomendações ao Governo.

Identificação

1. CPF
2. Nome do Conselheiro

Comissão Temática

Em quais comissões temáticas do CDESS você atua como membro ou coordenador? (Selecione no máximo 2 opções)

- Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Sustentável (CAE)
- Combate às Desigualdades, Inclusão e Desenvolvimento (CCD)
- Meio ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
- Soberania, Direitos e Democracia (CDD)
- Desenvolvimento e Transformação Digital (CTITD)

Indicação dos Desafios

Cada conselheiro poderá indicar até três desafios centrais, em ordem de prioridade (mais prioritário, prioridade intermediária e menos prioritário), considerando:

- Gravidade (impacto)
- Urgência (tempo para resolver)
- Tendência (velocidade de piora da situação)

Desafio 1 (mais prioritário)

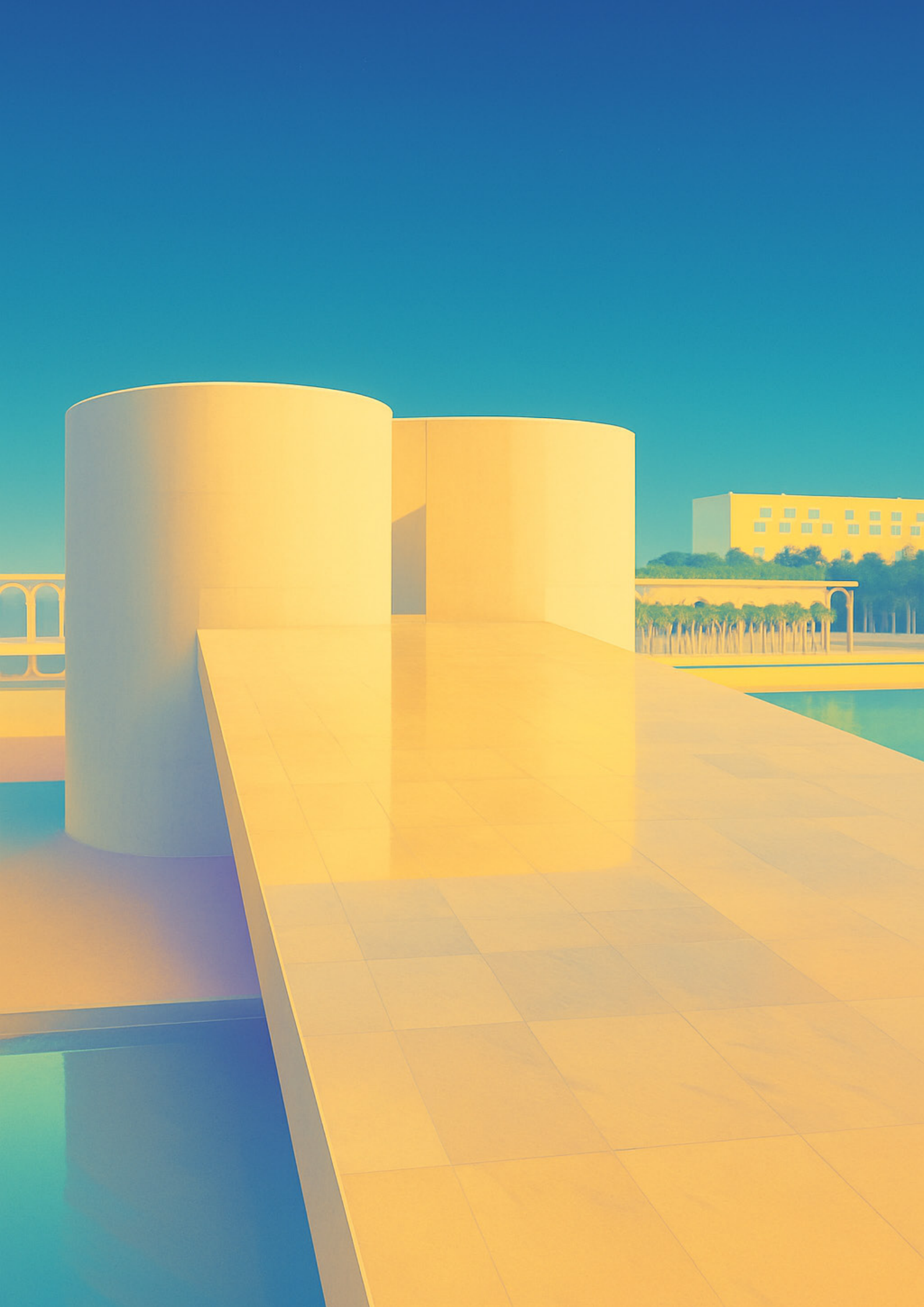
- Desafio mais prioritário:
- Justificativa (dados/evidências):
- Impactos territoriais:
- Grupos/atores afetados:
- Soluções possíveis em 5 anos:
- Papel e limitações do Estado:

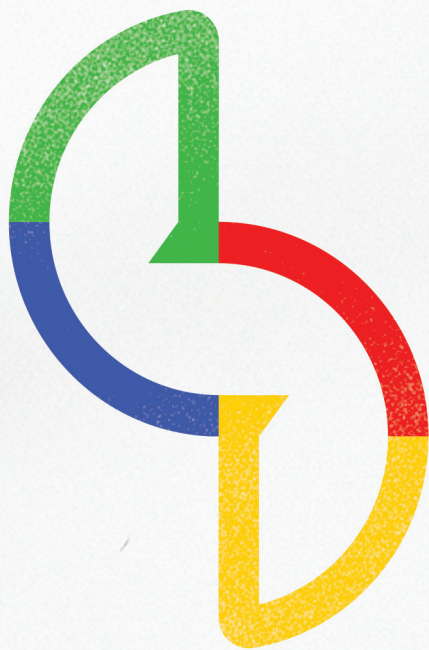
Desafio 2 (prioridade intermediária)

- Desafio com prioridade intermediária:
- Justificativa (dados/evidências):
- Impactos territoriais:
- Grupos/atores afetados:
- Soluções possíveis em 5 anos;
- Papel e limitações do Estado;

Desafio 3 (menos prioritário)

- Desafio menos prioritário:
- Justificativa (dados/evidências):
- Impactos territoriais:
- Grupos/atores afetados:
- Soluções possíveis em 5 anos:
- Papel e limitações do Estado:





cdess